



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições fiscais

CAPÍTULO VIII

Financiamento do Estado e gestão da dívida pública

Artigo 134.º-A

Programa Nacional de Manutenção e Dragagem de Barragens

1. A Agência Portuguesa do Ambiente em articulação com a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos e com as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, procede à atualização dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, procedendo à sua atualização de quatro em quatro anos, numa perspetiva de se ter um conhecimento atualizado, não só no respeitante à qualidade, caudal e volumetria das águas, mas também em relação aos sedimentos nas bacias hidrográficas portuguesas.
2. As receitas obtidas com as taxas de recursos hídricos devem ser consignadas à melhoria da qualidade das águas, nomeadamente na minimização de impactos morfológicos e ambientais e para ações de cariz inovador, nomeadamente no estímulo à normalização e produção de inertes reciclados a partir de resíduos de construção.



Nota justificativa:

A Diretiva Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000) é o principal instrumento da política da União Europeia relativa à água, transposta para o direito nacional através da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, considera a necessidade de elaboração de Planos de Gestão de Região Hidrográfica, que são atualmente elaborados por ciclos de seis anos.

Considera-se que estes Planos de Gestão de Região Hidrográfica são os instrumentos de planeamento das águas que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica ao nível da bacia hidrográfica.

Neste sentido e no respeitante aos sedimentos nas bacias hidrográficas portuguesas, considerando que configuram um elemento que deve ser tido em consideração na gestão das águas interiores, mormente as relacionadas com albufeiras adjacentes a barragens, com foco para aspectos de quantidade, com implicações morfológicas, e de qualidade, associados a fontes de poluição.

As medidas específicas de correção e reabilitação da rede hidrográfica nacional, devem ter em conta a variabilidade morfológica natural em contraponto às alterações resultantes de intervenções humanas.

Pelo que em situações de erosão (ex.: alguns trechos do Rio Douro), a atividade de dragagem / extração de inertes deve ser reduzida ou deve cessar por completo. Em zonas onde seja necessário realizar dragagens para fins de navegação, deve-se procurar manter o material dragado como reforço das praias interiores.

Pelo exposto, deve-se considerar que com a realização de levantamentos hidrográficos, sejam identificados e registados os volumes anuais de extração de inertes e de dragagem, de modo a caracterizar eventuais efeitos dos aproveitamentos hidráulicos.

Para além disso, e conforme prevê a Lei da Água, as receitas obtidas com as taxas de recursos hídricos devem ser direcionadas segundo dois vetores:

1. Melhoria da qualidade das águas, nomeadamente na minimização de impactos morfológicos e ambientais;



2. Aplicar no financiamento de ações de cariz inovador, como, por exemplo, o estímulo à normalização e produção de inertes reciclados a partir de resíduos de construção.

São Bento, 9 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá Ribeiro -
Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui Afonso - Rui Paulo
Sousa